



ENSINO EAD NAS PERSPECTIVAS DO ESTADO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, DIMENSÕES E ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**DISTANCE LEARNING FROM THE PERSPECTIVES OF THE STATE,
DEMOCRACY AND PUBLIC POLICIES, DIMENSIONS AND
SCALES OF REGIONAL DEVELOPMENT**

ENSINO EAD NAS PERSPECTIVAS DO ESTADO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, DIMENSÕES E ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DISTANCE LEARNING FROM THE PERSPECTIVES OF THE STATE, DEMOCRACY AND PUBLIC POLICIES, DIMENSIONS AND SCALES OF REGIONAL DEVELOPMENT

Ivani Schuster¹ | Airton Adelar Mueller²
Sérgio Luís Allebrandt³ | Nelson José Thesing⁴

Recebimento: 08/04/2025
Aceite: 31/10/2025

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ).
Porto Alegre – RS, Brasil.
E-mail: ivani.schuster@ufrgs.br

² Doutor em Sociologia (FUB).
Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
Ijuí – RS, Brasil.
E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

³ Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC).
Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
Ijuí – RS, Brasil.
E-mail: allebr@unijui.edu.br

⁴ Doutor em Integração Regional.
Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
Ijuí – RS, Brasil.
E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

RESUMO

O Ensino a Distância conquistou um crescimento substancial nas últimas décadas, consolidando-se como um componente significativo na configuração educacional global. Em paralelo, constata-se que as políticas públicas educacionais poderiam dialogar em maior profundidade com a temática do desenvolvimento regional. Assim, parte-se do pressuposto de que o Ensino a Distância necessita estar presente em todas as dimensões e escalas, criando oportunidades que podem gerar inovações, transformações ao proporcionar o acesso à educação, estimulando a democracia, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável. Desse modo, busca-se neste artigo, proporcionar referências que possam auxiliar na adaptação das políticas relacionadas ao EaD, de forma coerente com necessidades de desenvolvimento regional brasileiras. Neste sentido, com base no método da Hermenêutica de Profundidade, se elaborou discussão abrangente sobre características do EaD em tempos de sociedades digitalizadas e interconectadas, todavia, marcadas por disparidades sociais e por disparidades regionais de desenvolvimento e oportunidades. Diante disso, aponta-se na direção da necessidade de um movimento que requer a implementação de estratégias orientadas por um planejamento participativo e territorializado, sem perder de vista a centralidade da União enquanto ente capaz de equalizar disparidades regionais existentes. Logo, o EaD tem o potencial de ser um catalizador de desenvolvimento social e regional, podendo transformar a educação em um processo de aprendizado significativo para a inclusão social, qualificação profissional, conquista da cidadania e redução das disparidades regionais de oportunidades.

Palavras-chave: Ensino a Distância; Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional

ABSTRACT

Distance Learning has experienced substantial growth in recent decades, consolidating itself as a significant component in the global educational landscape. In parallel, it is observed that public educational policies could engage more deeply with the theme of regional development. Thus, it is assumed that DL needs to be present in all dimensions and scales, creating opportunities that can generate innovations and transformations by providing access to education, stimulating democracy, social inclusion, and sustainable regional development. Therefore, this article seeks to provide references that can assist in adapting policies related to DL in a way that is coherent with Brazilian regional development needs. In this sense, based on the method of Depth Hermeneutics, a comprehensive discussion was developed on the characteristics of DL in times of digitized and interconnected societies, however, marked by social disparities and regional disparities in development and opportunities. Given this, the need arises for a movement that requires the implementation of strategies guided by participatory and territorially based planning, without losing sight of the central role of the Union as an entity capable of equalizing existing regional disparities. Thus, Distance Learning has the potential to be a catalyst for social and regional development, transforming education into a meaningful learning process for social inclusion, professional qualification, the achievement of citizenship, and the reduction of regional disparities in opportunities.

Keywords: Distance Learning; Public Policies; Regional Development

INTRODUÇÃO

O Ensino a Distância (EaD) nas últimas décadas, tornou-se um processo importante no campo da educação na sociedade brasileira. Um movimento que evidencia a necessidade de novos olhares, o que indica o propósito do presente estudo em buscar a compreensão do Ensino a Distância, bem como, entender a interação e influência dessa modalidade de ensino e suas diversas perspectivas. Entende-se que a sociedade global se torna cada vez mais interligada, a relevância do Ensino a Distância e seu impacto nessas áreas torna-se, portanto, ainda mais perceptível em função do alto grau de competitividade, de concentração de renda, desafiando a inclusão social.

Assim, ao verificar as interações entre o Ensino a Distância, o Estado, a democracia, as políticas públicas e o desenvolvimento regional, ressalta-se a importância de compreender as dinâmicas do EaD. O Estado, juntamente com a implementação de políticas públicas e práticas democráticas, desempenha um papel crucial na formação do sistema educacional, sendo a modalidade EaD uma vertente que não deve ser negligenciada nesse contexto.



Seu crescimento contínuo e expansão têm permitido que uma parcela maior da população tenha acesso à educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou situação pessoal. No entanto, é fundamental reconhecer que a realização efetiva de programas de Ensino a Distância depende do estabelecimento de políticas públicas robustas, financiamento adequado, infraestrutura tecnológica de ponta e programas específicos para a formação de professores no ambiente on-line.

A perspectiva de políticas públicas são elementos essenciais para fomentar o desenvolvimento regional. O Ensino a Distância, nesse contexto, emerge como uma ferramenta valiosa, capaz de alcançar áreas remotas de forma mais eficiente e eficaz. Ao possibilitar essa amplitude de alcance, o ensino a distância promove uma impactante melhoria na qualidade da educação disponibilizada, facilita o acesso aos saberes e, conseqüentemente, contribui para a construção de sociedades mais equitativas e justas.

Com o impacto amplo e positivo do Ensino a Distância nas regiões mais inacessíveis, torna-se claramente um instrumento valioso para a promoção de um ambiente de aprendizado inclusivo. Esta abordagem de ensino amplia imensamente as oportunidades educacionais, oferecendo acesso mais fácil à educação e contribuindo para o avanço de sociedades mais equitativas territorialmente e, portanto, coesas.

Os benefícios do Ensino a Distância não se limitam apenas à área educacional, mas também afetam positivamente a economia regional. Ao cultivar uma força de trabalho mais qualificada, a integração entre o ensino EaD, o Estado e práticas democráticas eficazes, estabelece as bases para uma economia resiliente, capaz de lidar com desafios e aproveitar oportunidades emergentes.

Este estudo sublinha a relevância do Ensino a Distância como um instrumento potencial para promover uma sociedade mais equitativa e uniforme, enquanto simultaneamente contribui para o desenvolvimento econômico ao preparar os estudantes para as exigências do mercado global. Ademais, visa-se evidenciar conexões entre o EaD e o tema do desenvolvimento regional, tendo em vista que oportunidades de desenvolvimento socioeconômico não estão distribuídas de maneira uniforme no espaço, nem podem ser dissociadas das possibilidades de educação e qualificação profissional. O fornecimento de educação a distância age como um catalisador democrático, possibilitando a inclusão e o acesso de diversos grupos antes marginalizados no cenário educacional. O que se torna particularmente visível se termos em mente o pano de fundo das enormes disparidades regionais que caracterizam o Brasil.

Sendo assim, a relevância deste estudo se expande para além do campo da educação, abrangendo também âmbitos cruciais como políticas públicas, economia e desenvolvimento regional. Partindo destes pontos, é essencial que se prossiga na exploração e análise crítica dessas intersecções entre o Ensino a Distância, a inclusão social, as políticas públicas e o desenvolvimento regional. As constatações proporcionam um roteiro para traçar um plano equitativo e eficiente para a melhoria da qualidade do EaD, beneficiando não apenas os indivíduos, mas também as comunidades e, de maneira mais ampla, as regiões.

ENSINO A DISTÂNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Decreto n.º 5.622, promulgado pela Presidência da República do Brasil em 2005, regulamenta o artigo 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da Educação a Distância. O decreto estabelece diretrizes para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância, visando garantir a qualidade e a regularidade das atividades educacionais nesse formato. Essas diretrizes abrangem aspectos como a autorização e credenciamento de instituições para oferecer EaD, a avaliação e acompanhamento dos cursos, bem como a infraestrutura necessária para sua realização. Tal normativa busca, assim, promover o desenvolvimento e a democratização do ensino pela EaD, assegurando que os padrões de qualidade sejam mantidos, conforme preconizado pela legislação educacional brasileira.

Tendo-se presentes as diretrizes estabelecidas pelo decreto em questão, o cenário da Educação a Distância no Brasil vem sendo moldado por leis e regulamentos atualizados que refletem as transformações tecnológicas e pedagógicas. Uma das principais atualizações é a Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que promoveu alterações significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta legislação reforça a importância do EaD como modalidade educacional reconhecida e estabelece critérios para sua oferta, garantindo a qualidade e a eficácia dos cursos a distância.

Além disso, o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta o Decreto n.º 5.622/2005, aprimorando as regras para a oferta de cursos na modalidade EaD. Este novo decreto traz atualizações importantes, como a definição de padrões mínimos de qualidade para os cursos a distância, a obrigatoriedade de avaliação e monitoramento periódico das instituições que oferecem EaD, bem como a garantia da equivalência entre os diplomas obtidos na modalidade presencial e na modalidade a distância.



Essas leis e decretos atualizados refletem o compromisso do governo brasileiro em promover o desenvolvimento e a democratização da educação por meio do EaD, ao mesmo tempo em que estabelecem salvaguardas para assegurar a qualidade e a credibilidade dos cursos oferecidos nessa modalidade. Dessa forma, o panorama regulatório continua a evoluir para atender às demandas da sociedade e acompanhar as inovações no campo da educação a distância.

Para Tonelli, Medeiros e Almeida (2015), a imensa contribuição que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trouxeram para a humanidade em várias esferas de atuação, especialmente no campo da educação, que passou por uma significativa evolução sob o impacto dessas tecnologias. Os avanços tecnológicos, incorporam práticas educacionais, de relevância ímpar especialmente no contexto da Educação a Distância, com reflexos diretos na maneira como ela se entrelaça às perspectivas do Estado, da democracia, das políticas públicas e do desenvolvimento regional.

Precisamente, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) transformaram radicalmente a face do ensino a distância, possibilitando métodos de aprendizagem mais interativos, flexíveis e inclusivos. Tais métodos têm potencializado as oportunidades para os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou circunstâncias pessoais, melhorando o acesso e a qualidade da educação, o que, por sua vez, evidencia de maneira inequívoca, conexões entre a temática do desenvolvimento de regiões enquanto entes coletivos e os indivíduos que nelas vivem.

Vermelho, Moore e Kearsley (2013) exploram em seu livro “Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line” uma ampla variedade de temas relacionados à Educação a Distância, com foco em sistemas de aprendizagem on-line. A obra aborda questões fundamentais desde os conceitos básicos até as práticas avançadas nesse campo. Os autores oferecem uma análise abrangente e atualizada, fornecendo insights valiosos para educadores, pesquisadores e profissionais envolvidos na Educação a Distância.

Expandindo ainda mais essa discussão, Almeida; Silva (2014) aprofundam o estudo da formação de professores em modalidade a distância e de que forma é possível estabelecer conexões entre a teoria e a prática em espaços virtuais. Em seu artigo, “Formação de professores a distância e as perspectivas de articulação entre teoria e prática por meio de ambientes on-line”, os autores conduzem um debate criterioso acerca de como esses ambientes digitais podem auxiliar no aprimoramento de habilidades pedagógicas e na implementação eficaz de conceitos educacionais.

Com base no estudo de Almeida (2014), a convergência entre a formação a distância e o uso estratégico de ambientes on-line torna-se crucial para promover um amplo entendimento sobre a relevância das TICs no processo de construção de políticas voltadas para a educação a distância. Ao analisar a interação entre o ambiente on-line e o desenvolvimento de competências pedagógicas, a pesquisa evidencia a maneira como essas questões se relacionam com as estratégias de políticas públicas e desenvolvimento regional.

Dando sequência à discussão acerca do aperfeiçoamento e eficácia da Educação a Distância no preparo dos educadores, os estudos de Moore e Kearsley (2005) trazem uma visão esclarecedora do impacto e envolvimento dos sistemas de Ensino a Distância (EaD) no atual processo de aprendizagem. Complementando essa perspectiva, Castells (2001) oferece uma análise metódica da sociedade interconectada, ressaltando a importância do acesso à informação como um componente essencial no contexto da educação.

Conforme Moran (2000), a Educação a Distância é um conceito que demanda compreensão ampla e profunda, como abordado no Boletim de Educação a Distância do Ministério da Educação. O autor destaca a necessidade de uma definição abrangente que contemple as diversas modalidades e práticas educacionais mediadas pela distância. Ressalta a importância de considerar não apenas os aspectos tecnológicos, mas também os pedagógicos e sociais envolvidos na Educação a Distância, enfatizando sua capacidade de promover a democratização do ensino e o acesso à educação para diversos públicos. Além disso, o autor destaca a necessidade de um planejamento cuidadoso e de estratégias adequadas para garantir a qualidade do processo educacional na modalidade a distância, enfatizando o papel dos recursos tecnológicos como ferramentas facilitadoras, mas não exclusivas, do ensino e aprendizagem.

Amarilla Filho (2011) afirma que a Educação a Distância representa mais do que uma alternativa conveniente; é uma resposta pragmática às demandas de uma sociedade cada vez mais conectada, diversa e globalizada. Ele argumenta que, ao superar as barreiras geográficas e temporais, o EaD se torna um instrumento poderoso para democratizar o acesso à educação, proporcionando oportunidades de aprendizado para um espectro mais amplo de indivíduos, independentemente de sua localização ou circunstâncias pessoais.

Nesse contexto, os ambientes virtuais emergem como peças-chave na arquitetura do EaD, servindo não apenas como espaços de interação e aprendizado, mas também como facilitadores do processo de ensino e aprendizagem. Amarilla Filho (2011) enfatiza a importância desses ambientes como plataformas dinâmicas e flexíveis, capazes de acomodar uma variedade de abordagens pedagógicas e tecnológicas. Para alcançar o máximo potencial do EaD, o autor destaca a necessidade de uma abordagem metodológica e didática robusta. Isso envolve não apenas a seleção cuidadosa de ferramentas e recursos tecnológicos, mas também a concepção de estratégias de ensino e aprendizagem que sejam adaptadas ao contexto virtual. Ele argumenta que, ao adotar uma abordagem centrada no aluno, com ênfase na interatividade, colaboração e engajamento ativo, é possível otimizar a eficácia do processo educacional e alcançar resultados significativos.

Em suma, o trabalho de Amarilla Filho (2011) lança luz sobre o potencial transformador da Educação a Distância, ao mesmo tempo em que destaca a importância de uma abordagem metodológica e didática sólida para maximizar seus benefícios. Seu trabalho ressoa não apenas na academia, mas também na prática educacional, oferecendo *insights* valiosos para educadores, designers instrucionais e profissionais envolvidos na concepção e implementação de programas de EaD.

Belloni (2002) discute a evolução do EaD ao longo do tempo, desde suas origens até as práticas contemporâneas, destacando as mudanças tecnológicas e socioeducacionais que influenciaram seu desenvolvimento. Além disso, a autora explora os conceitos fundamentais do EaD, como a flexibilidade no acesso ao conhecimento e a utilização de tecnologias de comunicação e informação para superar barreiras geográficas e temporais. A análise crítica e reflexiva realizada pela autora contribui significativamente para o debate acadêmico sobre o EaD no Brasil. Seu trabalho oferece entendimentos importantes para a compreensão das complexidades envolvidas na implementação e no desenvolvimento dessa importante ferramenta educacional, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas e práticas relacionadas ao EaD no contexto brasileiro.

Belloni (2023) aborda os desafios enfrentados pela EaD, como a necessidade de garantir a qualidade do ensino, a formação adequada de tutores e a inclusão digital de todos os estudantes. Ela também destaca os potenciais do EaD para democratizar o acesso à educação, promover a formação continuada de profissionais e atender às demandas educacionais diversificadas da sociedade brasileira. Além disso, a autora discute os principais conceitos associados à EaD, como flexibilidade, autonomia

do aluno e uso de tecnologias de informação e comunicação. Ela examina como esses conceitos são aplicados na prática e como contribuem para a eficácia e o alcance do EaD no Brasil.

O acesso à educação a distância no Brasil é uma ferramenta crucial para a democratização do ensino superior, possibilitando que indivíduos de diversas regiões e contextos socioeconômicos tenham oportunidades de formação acadêmica e desenvolvimento profissional (Arruda; Arruda, 2015). Assim, a combinação do papel desempenhado pelos sistemas de Educação a Distância e a relevância do acesso à informação na sociedade conectada atual é crucial para entender como a formação de educadores pode ser otimizada e aprimorada no cenário de EaD contemporâneo. A introdução das TIC na sala de aula pode contribuir significativamente para o desempenho do conhecimento dos alunos e transformar a sua compreensão das questões e inovações no processo de aprendizagem em conjunto. Não podemos esquecer que o processo de aprendizagem em conjunto permite-nos descobrir novas relações e interrogar as regras, agir com improvisação, tornando-as, assim, mais diferentes e inovadoras.

Avançando nesta discussão, a avaliação das intervenções nesse ambiente específico de formação continuada on-line acentua a conexão entre teoria e prática como princípio direcionador deste processo formativo. Este preceito se fortifica por meio da ação, em virtude do diálogo pensativo e imaginativo originado entre os professores em formação e os mestres-formadores, tal como, delineado pelo modelo da espiral do aprendizado (Kolb, 2015). Portanto, a formação contínua on-line, em sua essência, espelha uma fusão total entre a teoria e a prática, facilitando um espaço para o debate reflexivo e a confecção colaborativa.

Valente, Moran e Arantes (2011) exploram a Educação a Distância em seu livro “Educação a distância: pontos e contrapontos”, no qual analisam diversas perspectivas e debates relacionados a essa modalidade educacional. Eles examinam os variados aspectos, desafios e oportunidades apresentados pela EaD, oferecendo uma análise abrangente e detalhada do tema. A obra não só investiga os fundamentos teóricos do EaD, mas também sua aplicação prática, abordando pontos de convergência e divergência no cenário educacional. Com isso, o livro proporciona uma valiosa contribuição para a compreensão e reflexão sobre os diversos elementos que permeiam o EaD, sendo uma fonte de entendimentos essenciais para educadores, pesquisadores e profissionais envolvidos nessa modalidade de ensino.

Em Medeiros e Oliveira (2014) são abordadas as disparidades educacionais entre diferentes regiões e discutido o potencial de convergência dessas desigualdades. Os autores destacam a importância de entender e enfrentar essas disparidades para promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo. Propõem estratégias para reduzir essas desigualdades, buscando alcançar uma convergência educacional entre as regiões, o que pode contribuir significativamente para o progresso social e econômico do país.

A conexão entre políticas públicas, a máquina estatal e o Ensino a Distância (EaD) é cuidadosamente dissecada pelos trabalhos acadêmicos de Aghion e Howitt (2009), bem como, Lindblom e Woodhouse (1993). Aghion e Howitt (2009) esmiúçam de maneira perspicaz como a inovação, tópico crucial do EaD, é delineada e influenciada pelas políticas estabelecidas pelo governo e pelas ações do Estado. Complementando a perspectiva proposta por Castells (2001) acerca da sociedade interconectada e da importância do acesso à informação no contexto do EaD, a análise destaca como a interação entre os sistemas de educação a distância e o acesso facilitado à informação na atual sociedade conectada é essencial para compreender a otimização e o avanço da capacitação de educadores no cenário contemporâneo do Ensino a Distância.

Neste contexto, o trabalho de Lima e Araújo (2021) reforça a abordagem mencionada, permitindo discernir como as inovações e transformações tecnológicas influenciam o processo de aprendizagem e contribuem para criar ambientes de educação a distância mais eficazes e adequados à formação docente. Desse modo, a sociedade em rede e as TICs são fatores fundamentais na busca pelo aperfeiçoamento e eficácia na capacitação de professores no EaD.

O estudo e a análise aprofundada dessas contribuições enriquecem o entendimento de como a interação entre políticas públicas e o Ensino a Distância não apenas em termos de planejamento, mas também no impacto das inovações, constituem um elemento essencial para a compreensão da efetividade dos programas nessa modalidade de ensino.

Enfatizando a discussão sobre o entendimento da interação entre políticas públicas e o Ensino a Distância, outra perspectiva relevante é abordar o desenvolvimento regional. Krugman (1991) contribui significativamente para este tema com seu trabalho em geografia econômica, o qual pode ser aplicado ao contexto do ensino EaD.



Os *insights* de Krugman (1991) auxiliam na exploração de como o Ensino a Distância tem o potencial de fomentar o desenvolvimento regional ao oferecer oportunidades educacionais em áreas geograficamente desfavorecidas. Assim, ao possibilitar o acesso a uma educação de qualidade para diversas populações, independentemente de suas localizações, o EaD contribui para a redução das desigualdades regionais e para o fortalecimento do capital humano nos mais diferentes contextos.

Tal percepção de desenvolvimento regional está em sintonia com uma noção mais ampla de desenvolvimento, segundo as reflexões desenvolvidas por Amartya Sen em diversas de suas obras (Sen, 2010, 2000, 1992, 1989, 1987). Segundo tais obras, o desenvolvimento consiste em remoção das privações de liberdade, em expansão das capacidades e em ampliação o potencial de agência das pessoas. Ademais, segundo o mesmo autor, a expansão das liberdades implica simultaneamente um fim e um meio. Ampliar as capacidades e reduzir as privações de liberdade é um fim em si e pode ser tomado como um sinônimo de desenvolvimento, o que é feito por meio do conceito de funcionamentos. De outro modo, a expansão das liberdades é também um poderoso meio para se obter mais e melhor desenvolvimento, por meio da ação do Estado, do mercado e da agência individual e coletiva. Assim sendo, nos parece indubitável que o EaD carrega consigo ambas as potencialidades. Seja como um fim em si, ampliando as liberdades de populações que habitam regiões periféricas socialmente e geograficamente falando, ou como um meio para que tais indivíduos, coletividades e regiões se valham do capital humano resultante do EaD para fins de remoção de outras privações de liberdade em suas regiões.

Neste sentido, a discussão realizada neste trabalho busca gerar um entendimento abrangente e holístico de como o Ensino a Distância interage com o Estado, as políticas públicas e o desenvolvimento regional. Este exame minucioso destaca tanto o valor quanto os desafios que o ensino EaD apresenta, buscando enfatizar pontos significativos para reflexão coletiva. Esses incluem a transformação digital na educação, a questão da igualdade no acesso à educação, a qualidade do Ensino a Distância e política de inclusão digital.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A trilha da investigação conta com a pesquisa qualitativa, que verifica a abordagem o papel do Ensino a Distância em diversas dimensões, passando pelos campos das políticas públicas, democracia, desenvolvimento regional. Busca evidenciar como o Estado regula, financia e avalia o EaD, como promove a democracia, ao fornecer acesso educacional em áreas remotas e como influencia o desenvolvimento regional, incluindo a formação de capital humano, a qualificação profissional e o desenvolvimento da cidadania.

Neste sentido optou-se pela Hermenêutica de Profundidade (HP) (Thompson, 2011), método qualitativo que busca proporcionar uma abordagem abrangente de um dado fenômeno, entretanto, com a intenção de ir além da descrição, típica da fenomenologia, Esta, segundo (Veronese & Guarerschi, 2006), muitas vezes, para na constatação. Com a HP se busca ir além, podendo conter uma dimensão propositiva, ou seja, uma contribuição para o campo-sujeito que está sob investigação.

Na HP, *proporemos* sentidos, que até poderemos muitas vezes interpretar como ideológicos. Mas para isso precisaremos argumentar e debater, num exercício de racionalidade argumentativa e comunicativa. Se afirmamos algo, através da interpretação, temos a obrigação de *justificá-lo*, de fundamentar essa interpretação em argumentos que sejam inteligíveis a todos os parceiros engajados na ação (Veronese & Guarerschi, 2006, p. 87).

Tal método compreende três fases propriamente ditas: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Tais fases não precisam ser pensadas e desenvolvidas de maneira sequencial, todavia, são formas de análise complementares entre si, a serem utilizadas conforme o contexto e os objetivos da investigação, constituindo um processo interpretativo complexo (Veronese & Guareschi, 2006).

As duas primeiras fases serviram de ancoragem para o item precedente. Nelas se buscou caracterizar, em sentido amplo, o tema do Ensino a Distância e algumas de suas implicações com os temas da democracia, das políticas públicas e do desenvolvimento regional, tendo em vista que os territórios não são entes homogêneos em termos de desenvolvimento, de oportunidades e de liberdades, no sentido de Sen (2010, 2000, 1992, 1989, 1987).

A fase da interpretação/reinterpretação constitui, digamos, a cereja do bolo do método em questão. Segundo Thompson (2011, p. 375) “implica um movimento novo de pensamento, [...] procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados”. Neste sentido, à luz das



reflexões produzidas anteriormente, visando construir uma reinterpretação robusta e, quiçá, original do fenômeno em tela. Almejamos construir *insights* importantes para compreender o ambiente do EaD, apontar novas iniciativas mais inclusivas de políticas públicas e educacionais, ancorados em um embasamento sobre desenvolvimento em sentido lato, aplicado aos territórios, cujas realidades são desiguais. Todavia, parte-se do princípio de que tais disparidades regionais não são naturais, mas construídas socialmente e, portanto, passíveis de serem modificadas. No caso, aponta-se a difusão qualificada do EaD como uma destas possibilidades.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo analisa a interação entre o Ensino a Distância (EaD), políticas públicas, democracia e desenvolvimento regional, destacando a importância de compreender essas relações para adaptar o EaD ao contexto atual e antecipar suas consequências. Diante das rápidas mudanças no mercado de trabalho, o EaD precisa focar na aquisição de habilidades específicas, como digitais, socioemocionais e de pensamento crítico, e reconhecer a necessidade de formação contínua ao longo da vida.

Uma parceria estreita com o setor empresarial é crucial para manter a relevância do ensino EaD, garantindo que esteja alinhado com as demandas do mercado de trabalho por meio de estágios, projetos colaborativos e orientação para os estudantes. O Estado desempenha um papel essencial na orientação, regulamentação e apoio ao desenvolvimento do ensino EaD, incluindo a formulação de políticas eficazes, incentivos adequados e garantia de qualidade e acessibilidade. A tecnologia é fundamental para o sucesso do EaD, destacando a importância da inclusão digital para garantir que todos os estudantes possam participar efetivamente, independentemente de sua localização ou recursos disponíveis.

É fundamental incluir a alfabetização digital nos currículos de Ensino a Distância para garantir que os alunos possam usar eficazmente as ferramentas tecnológicas. Tecnologias emergentes, como aprendizado de máquina e realidade virtual, podem aprimorar significativamente o EaD, mas é crucial garantir a privacidade e segurança dos dados dos alunos. A avaliação das competências adquiridas no EaD é essencial para certificar a qualidade dos programas e preparar os alunos para desafios futuros, requerendo métodos variados de avaliação, como provas on-line e avaliações práticas. O



EaD deve também promover o uso de recursos educacionais abertos disponíveis na internet para garantir acesso equitativo ao conhecimento.

O Ensino a Distância deve incluir mecanismos para reconhecer as habilidades dos alunos e oferecer certificações reconhecidas pelo mercado de trabalho. A avaliação e o reconhecimento de competências são essenciais para preparar os alunos para os desafios futuros. Isso requer processos de avaliação eficazes e políticas públicas que garantam a qualidade e o reconhecimento dos programas de EaD. Ao abordar aspectos como integração multidisciplinar, preparação para o futuro do trabalho, inclusão digital e avaliação de competências, o EaD pode proporcionar oportunidades de educação de qualidade alinhadas às demandas do século XXI e contribuir para o desenvolvimento regional equitativo, a promoção da democracia e a transformação da educação futura.

O Ensino a Distância oferece flexibilidade, mas é crucial garantir apoio aos alunos, incluindo suporte acadêmico, tecnológico e criação de comunidades de aprendizado. As instituições devem garantir acessibilidade e oferecer suporte adicional para estudantes com necessidades especiais. Ao fornecer um apoio eficaz, o EaD pode melhorar a qualidade da educação e aumentar a retenção e satisfação dos alunos. Para maximizar seu potencial, é essencial enfrentar desafios e gerenciar todos os aspectos do EaD, desde a integração com o mercado de trabalho até o apoio ao aluno. Com estratégias adequadas, o EaD pode transformar a educação e a sociedade.

A expansão do acesso à educação via Ensino a Distância carrega consigo o potencial de promover a inclusão social, amplificar as taxas de alfabetização e construir um capital humano robusto. Tais fatores são elementos chave para o desenvolvimento regional. À medida em que o EaD se desenvolve, o papel do Estado se amplia correspondente e proporcionalmente. As políticas públicas devem ir além do simples apoio à formação e implementação do EaD, elas precisam também assegurar que a qualidade e a eficiência da educação a distância sejam preservadas.

Isso implica na regulamentação das Instituições de Ensino a Distância, no estabelecimento de padrões de qualidade para a educação e na promoção de políticas que garantam a equidade no acesso à formação. Ademais, é essencial a criação de leis e normas que visem proteger os direitos dos estudantes que participam do Ensino a Distância e garantir a credibilidade dos cursos que são oferecidos. Implicado no processo de democratização do acesso à educação, o EaD trabalha

ativamente na expansão da inclusão educacional. Isso permite que pessoas, sem distinção de localização geográfica, idade, ocupação ou outros fatores, estejam aptas a obter oportunidades de aprendizado de alta qualidade.

No âmbito do desenvolvimento regional o Ensino a Distância possui a capacidade de diminuir o déficit educacional presente em zonas rurais e isoladas. Este aspecto, por sua vez, pode aprimorar os níveis de alfabetização, propiciar a criação de empregos e, por consequência, estimular o crescimento econômico nestes locais. O EaD também demonstra um enorme potencial ao agir como um instrumento para a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, no sentido de ampliação das liberdades (Sen, 2000).

Pelo Ensino a Distância, o Estado tem a oportunidade de promover programas de educação e treinamento que estão perfeitamente alinhados às demandas específicas de desenvolvimento regional. Esta estratégia pode ser fundamental para abordar e, eventualmente, mitigar problemas complexos, como a desigualdade socioeconômica, seja entre indivíduos, seja entre regiões. Este aspecto reforça a importância da continuidade e expansão das políticas de educação à distância, permitindo que cada vez mais pessoas tenham acesso a oportunidades de aprendizado de qualidade.

Neste sentido, o Ensino a Distância enquanto modalidade de ensino que tem potencial de gerar impactos no desenvolvimento regional, as políticas de nível nacional se mostram sobremaneira relevantes, uma vez que regiões mais dinâmicas já possuem uma maior capilaridade de oferta de ensino nos diferentes níveis educacionais. Ou seja, a despeito de perspectivas *bottom up* de desenvolvimento serem fundamentais para as dinâmicas regionais, no caso do EaD, são as dinâmicas *top down* que possuem o maior potencial de resultados positivos. Seja em termos de oferta direta pela União, seja por meio da indução e articulação de atores públicos, privados, comunitários e cooperativos (Biolchi, 2025).

Ao reiterar a importância dessa continuidade e expansão, é imprescindível que o Estado atue de forma ativa na superação dos desafios associados à educação à distância, e que incorpore uma lente que considere a dimensão regional do problema. Para isso, algumas ações podem ser empregadas, como assegurar a infraestrutura tecnológica apropriada, zelar pela qualidade da educação no formato EaD, elaborar políticas inclusivas e impulsionar a pesquisa e a inovação nessa

área, particularmente naquelas regiões mais em desvantagem, na comparação com as demais.

À medida que se aprofunda nessa discussão, é importante ressaltar que, embora o Ensino a Distância ofereça inúmeras oportunidades, ele também pode conduzir ao isolamento e à falta de interação entre os estudantes. Isso torna indispensável a promoção de políticas públicas que incentivem iniciativas para estimular uma interação social mais significativa e colaboração entre alunos, professores e comunidades locais.

Um dos maiores desafios na implementação bem-sucedida do Ensino a Distância é garantir a equidade no acesso às tecnologias. É necessário que políticas públicas sejam dedicadas à melhoria da infraestrutura e conectividade nas áreas mais remotas e rurais. Além disso, é fundamental que haja um comprometimento em assegurar a inclusão digital de todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica.

Outro aspecto que representa um desafio para o Estado consiste em garantir um sistema de avaliação e acreditação eficientes para instituições e cursos de Ensino a Distância. A transparência e confiabilidade desses processos são cruciais para assegurar a credibilidade e a qualidade do EaD. Segundo Oliveira (2023), as estratégias multidimensionais para a avaliação da aprendizagem em cursos on-line são fundamentais para garantir a eficácia e qualidade do processo educacional nessa modalidade.

A integração multidisciplinar e a flexibilização do currículo constituem outro tópico de atenção. Tradicionalmente, o modelo de ensino é caracterizado por uma divisão estrita entre diferentes disciplinas e um currículo rígido. Entretanto, à luz das demandas contemporâneas multifacetadas, torna-se imprescindível repensar e redefinir a estrutura educacional. A ideia é incentivar a inter-relação entre as áreas de conhecimento e proporcionar maior autonomia aos estudantes na escolha de disciplinas e percursos educacionais.

Avançando nesta linha de pensamento, promover a colaboração e parcerias entre instituições de ensino de diversas nacionalidades torna-se essencial. Isso facilitará a troca de conhecimentos e práticas de excelência em Ensino a Distância. Ao confrontar esses desafios e explorar novas possibilidades, o Ensino a Distância pode se adequar às exigências atuais e futuras dos estudantes, bem como às demandas do mercado de trabalho.

O resultado será a educação de profissionais mais bem preparados e habilitados para enfrentar as complexidades e desafios do desenvolvimento, não apenas regional como também à escala global. Além disso, a ampliação do acesso à Educação a Distância favorece a democratização da educação, minimizando barreiras geográficas. Isso significa que estudantes em áreas remotas ou com recursos limitados possam vir a ter a mesma oportunidade de se beneficiar de um ensino de alta qualidade, garantindo, assim, menor desigualdades de oportunidades, ou, nos termos de Sen (2000), menor desigualdade de capacidades e liberdades, em função de sua localização espacial.

De maneira similar, Moore *et al.* (2013), ao considerarem uma série de questões não só relacionadas ao Ensino a Distância, mas também ao papel da educação de maneira mais ampla na sociedade contemporânea, indicam desafios e práticas mundiais, incluindo o envelhecimento populacional e o aumento exponencial na produção de conhecimento a cada ano. Esses desafios, por sua vez, moldam o cenário do EaD e reforçam a necessidade de adaptar-se e inovar continuamente para maximizar seus benefícios e superar os obstáculos emergentes. Isso ressalta ainda mais o papel crítico do EaD na democratização do acesso à educação e enquanto catalisador do desenvolvimento socioeconômico sustentável, tornando-o essencial na nossa sociedade interconectada.

Neste sentido, o Ensino a Distância tem o potencial de ser um catalisador para repensar as relações entre educação, Estado, democracia e políticas públicas. O resultado direto disso pode ser a democratização do acesso à educação, garantindo que indivíduos provenientes de diversos contextos geográficos e socioeconômicos possam obter conhecimento e formação em nível superior. Assim sendo, o papel do Estado e das políticas públicas em nível federal se fazem ainda mais relevantes e exige uma criteriosa análise das estratégias e abordagens empregadas na implementação do EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo destaca a correlação entre Ensino a Distância, Estado, democracia e políticas públicas, ressaltando sua interação com o desenvolvimento regional. Maximizar os benefícios do EaD requer uma compreensão profunda dessas interações para promover um desenvolvimento regional mais inclusivo e eficiente. Quando o EaD é integrado de forma eficaz em estratégias de desenvolvimento regional, apoiadas por políticas públicas adequadas, pode impulsionar a inclusão e a equidade regional. Estimular a participação de todas as partes interessadas é essencial para ampliar os benefícios do EaD e promover o desenvolvimento regional de maneira abrangente e eficaz.

A pesquisa se concentrou em analisar a interação entre EaD e desenvolvimento regional, tendo como pano de fundo um Estado democrático que planeja e implementa políticas públicas setoriais e regionais. Destaca-se o papel crucial do Estado, particularmente da União, na regulação e orientação do EaD, promovendo políticas para garantir uma educação inclusiva e de qualidade em todas as regiões. Para alcançar esse objetivo, são necessárias políticas públicas que incentivem a implementação e expansão do EaD, especialmente em áreas remotas ou com acesso limitado à educação. Isso requer investimentos em infraestrutura tecnológica, capacitação de professores para o ensino a distância e a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir a qualidade dessa modalidade de ensino.

A pesquisa destaca a importância de estratégias de ensino adaptadas ao contexto local para promover a igualdade na educação e o desenvolvimento sustentável. Isso requer um compromisso sólido dos governos e instituições de ensino com uma agenda educativa que valorize e invista no EaD. Além do acesso à tecnologia, é essencial o envolvimento do Estado e a criação de políticas públicas adequadas para garantir que o EaD seja inclusivo e promova o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, atendendo às demandas específicas de cada região.

É essencial adotar uma abordagem holística para o Ensino a Distância, considerando sua interação com o Estado, democracia, políticas públicas e desenvolvimento regional. Isso maximiza seu potencial para atender às diversas necessidades educacionais das comunidades e promover um desenvolvimento regional inclusivo, equitativo e sustentável. Além de reformular abordagens pedagógicas, políticas públicas inovadoras são necessárias para apoiar o EaD e proteger os estudantes de riscos como a exclusão digital. A democracia desempenha um papel crucial na formação dessas políticas. O EaD pode ser um poderoso



instrumento para o desenvolvimento social e regional quando respaldado por políticas públicas apropriadas e uma infraestrutura digital robusta, exigindo um entendimento claro dos dilemas socioeconômicos, culturais e regionais associados a essa modalidade educacional.

O estudo destaca a necessidade de adaptação das políticas públicas e estratégias pedagógicas para atender eficazmente às demandas do Ensino a Distância. Destaca-se também a importância de estratégias colaborativas e participativas para o desenvolvimento e implementação do EaD, envolvendo todos os interessados, desde o governo até os educadores, pais e estudantes. Recomenda-se uma ênfase adicional na inclusão digital, que não se limita apenas à infraestrutura de TI, mas também ao desenvolvimento de competências digitais entre estudantes e docentes. As políticas públicas para o EaD necessitam ser fundamentadas em pesquisas sólidas e uma compreensão precisa das necessidades e desafios específicos de diferentes regiões e comunidades, para implementar estratégias, práticas de planejamento, para a conquista de um processo inclusivo, democrático, de qualificação profissional, da conquista da cidadania, criando condições para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B.; DIAS, P. SILVA, B. D. (orgs.). **Cenários de inovação para a educação na sociedade digital**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- ALMEIDA, M. E. B. DE; SILVA, K. A. DE G. E. . Formação de professores a distância e as perspectivas de articulação entre teoria e prática por meio de ambientes on-line. **Educar em Revista**, n. spe4, p. 129–148, 2014.
- ALMEIDA, M. E. B. **Integração Currículo e Tecnologias**: concepção e possibilidades de criação de web currículo. Aprendizagem, pesquisa e conhecimento com o uso de tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2014.
- AMARILLA FILHO, P.. Educação a distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais. **Educação em Revista**, v. 27, n. 2, p. 41–72, ago. 2011.
- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321–338, jul. 2015.
- BELLONI, M. L.. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 117–142, abril. 2002.
- BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 117–142, ago. 2023.
- BIOLCHI, D. O. ; ABREU, L. F. ; MARINI, E. ; MORSCH, E. ; MUELLER, A. A. . Cooperando para transformar: o impacto das cooperativas escolares na Sicredi Centro Serra. **RGSA (ANPAD)**, v. 19, p. 1-18, 2025.
- BRASIL. **Decreto n.º 5.622**. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, L. F. EaD no Brasil: perspectivas e desafios. *Avaliação: Revista Da Avaliação da Educação Superior (campinas)*, 18(1),



13–22, 2013.

KOLB, D. A. **Experiential Learning**: Experience as the Source of Learning and Development. 2. ed. Boston: Pearson FT Press, 2015.

LIMA, M Fr. de; ARAÚJO, J F Sa de. A utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 21, n.º 23, 22 de junho de 2021.

MEDEIROS, M., ; Oliveira, L. Desigualdades regionais em educação: Potencial de convergência. **Revista Sociedade e Estado**, 29(2), 561-585, 2014.

MOORE e KEARSLEY. **Uma visão esclarecedora do impacto e envolvimento dos sistemas de Ensino a Distância (EaD)**, 2005.

MOORE. M G.; KEARSLEY, G **Educação a distância**: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAN, J. M. O Que é educação a distância: In: **Boletim de Educação a Distância**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2000.

OLIVEIRA, G. P. DE. Estratégias multidimensionais para a avaliação da aprendizagem em cursos on-line. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 66, p. 105–138, set. 2023.

SEN, Amartya. **The Idea of Justice**. London, Penguin Books, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Inequality Re-examined**. Oxford, Clarendon Press, 1992.

SEN, Amartya. “Development as Capability Expansion”. **Journal of Development Planning**, 19, 1989.

SEN, Amartya. “The Standard of living”. **The Tanner Lecture on Human Values**. *Delivered at Stanford University*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

SEN, Amartya. “Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures”. **The Journal of Philosophy**, 82, 4: 169-221, 1985.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TONELLI, E., M, C. H. S; A F. M. A práxis docente nos ambientes virtuais de aprendizagem no contexto da dialogicidade. **Observatório**, 9(1), 149-158, 2015.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VALENTE, J. A.; MORAN, J. M.; ARANTES, V. A. (orgs.). **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: 2011.

VERMELHO, S C.; MOORE. M G.; KEARSLEY, G Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. **Educar em Revista**. 2014, (4), 263-268, 2013.

VERONESE, M. V. & GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**. 42(2):85-96. Maio/ago. 2006.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



